

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA: UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE*

LA COOPERACIÓN PARA EL DESARROLLO ENTRE BRASIL Y ÁFRICA: UNA MIRADA SOBRE LA PRESENCIA DE ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL BRASILEÑA EN MOZAMBIQUE

THE DEVELOPMENT COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND AFRICA: A LOOK AT THE PRESENCE OF BRAZILIAN CIVIL SOCIETY IN MOZAMBIQUE.

Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos**

Elsa Sousa Kraychete***

Resumo

Em meio a um cenário mutante no que tange a política mundial, o Brasil organiza a sua política externa de cooperação para o desenvolvimento, voltada, cada vez mais, para os países do Sul, com destaque para o continente africano, tendo Moçambique como principal beneficiário. A presença brasileira em Moçambique, nessa perspectiva, diz respeito não somente aos representantes governamentais, ou ainda as empresas brasileiras, mas também as organizações da sociedade civil do país que têm, sobretudo nos últimos anos, ultrapassado fronteiras para atuar em diferentes contextos, em relações afirmadas como cooperativas. Este trabalho trata da presença de organizações da sociedade civil brasileira em projetos de cooperação em Moçambique, buscando compreender os formatos das relações estabelecidas.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul / Brasil / Moçambique

Resumen

En medio a un escenario cambiante en lo que se refiere a la política mundial, Brasil organiza su política externa de cooperación para el desarrollo, enfocada, cada vez más, en los países del Sur, con destaque para el continente africano, teniendo a Mozambique como principal beneficiario. La presencia de Brasil en Mozambique, en esta perspectiva, se refiere no sólo a los funcionarios públicos, o empresas brasileñas, sino también a las organizaciones de la sociedad civil del país, las cuales, sobre todo en los últimos años, traspasaron las fronteras

* Este artigo é uma contribuição original resultante de investigação científica. Tem seus principais argumentos baseados nos achados da pesquisa *A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional com Angola e Moçambique: entre o discurso solidário e prática pragmática*, que conta com apoio financeiro de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia; e também da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de Bolsa obtida por meio do Edital N.º 006/2014 – Programa de Bolsas de Pós-doutorado FAPESB/CAPES.

** Doutora em Administração; Pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial da Universidade Federal da Bahia - LabMundo/Bahia; e Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia.

*** Doutora em Administração; Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia; e Coordenadora do Laboratório de Análise Política Mundial da Universidade Federal da Bahia - LabMundo/Bahia.

para trabalhar em diferentes contextos, em relações de cooperação. Este trabalho se ocupa de la presencia de la sociedad civil brasileña en proyectos de cooperación en Mozambique, tratando de entender las formas de tales relaciones.

Palabras clave: Cooperación Sur-Sur / Brasil / Mozambique

Abstract

Brazil organizes its cooperation foreign policy seeking for development, when it comes to world politics amid a changing scenario aimed increasingly to the southern countries, especially those in Africa, with Mozambique as the main beneficiary. The Brazilian presence in Mozambique, from that perspective, concerns not only the carry of government offices, and more so Brazilian companies, but also its civil society organizations that have, especially in the recent years, exceeded their borders to work in different contexts, in relations stated as cooperatives. This paper approaches the presence of Brazilian civil society organizations in collaborative projects in Mozambique, seeking to understand the shapes of its established relationships.

Keywords: South-South Cooperation / Brazil / Mozambique

[Recibido: 31/05/2016 – Aceptado: 27/06/2016]

A inserção dual do Brasil no sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento e as relações cooperativas com o Sul

As alterações das relações de poder no cenário global foram impulsionadoras de grandes mudanças no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), na medida em que esta reflete, dentre outros aspectos, a geopolítica mundial e regional, interesses econômicos e relações de poder. A trajetória cumprida pelo Brasil neste âmbito e as mudanças sistêmicas dos últimos quinze anos implicaram uma transformação no desempenho do seu papel. Nesse sentido, se, há alguns anos, o Brasil podia ser classificado como “receptor” de cooperação (Barbosa, 2011; Cordeiro, 2012; Gonçalves, 2011; Puente, 2010), atualmente, vivencia uma dupla posição de “recebedor” e de “prestador” (Corrêa, 2011; Kleiman & Cezario, 2012) ou, segundo a terminologia do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o próprio governo brasileiro contesta¹, de “beneficiário” e “doador” de uma cooperação que emerge cada vez com mais força no cenário internacional.

Todas essas mudanças impactam e são impactadas pelas relações e alianças que o país construiu internamente e em diálogo com o contexto internacional. São, igualmente, um reflexo dos avanços de suas políticas sociais – cuja demanda por socialização no âmbito internacional é crescente –, e das posturas assumidas na sua política externa, que conduz em grande parte a internacionalização destas práticas, na medida em que barganha outro “lugar” na cena internacional, em uma perspectiva que transita entre o poder e a solidariedade. Envolve não apenas a atuação oficial do país, mas, ainda, outras dinâmicas e atores, e as relações por eles construídas. Desse modo, trata de um emaranhado de relações com atores múltiplos, assumindo significativa complexidade.

¹ O governo brasileiro entende a CID como uma relação entre semelhantes, descartando a ideia de que a cooperação se resume a uma “interação entre doadores e recebedores”.

No bojo destas transformações e das novas relações que se estabelecem no contexto internacional, estão as organizações² da sociedade civil brasileira, em especial as autodenominadas Organizações não Governamentais (ONGs), que também voltam o seu “olhar” para o Sul e começam a marcar presença em países aí localizados, interagindo com as sociedades civis dessas localidades, na medida em que reorganizam as relações historicamente construídas com as ONGs internacionais³ que atuam no âmbito da CID, e lutam por um espaço na cooperação oficial do Brasil.

A expansão da cooperação ofertada pelo Brasil se deu a partir de 2003, com a sua ascensão econômica e a chegada de Luís Inácio “Lula” da Silva a presidência do país, quando o governo brasileiro, priorizou a Cooperação Sul-Sul (CSS). Emergiu, assim, o conceito de “diplomacia solidária” adotado pelo Brasil, que colocou à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos, sobretudo das políticas sociais nacionais, sem condicionantes, de acordo com as suas demandas e respeitando a sua soberania. Com o empenho do presidente Lula em colocar o Brasil em outra posição no cenário internacional, e com o êxito de políticas sociais emblemáticas, o país começou a chamar a atenção do mundo, em um momento histórico de falta de alternativas ideológicas, políticas e econômicas em função da crise, começando a ter cada vez mais espaço e influência internacional, provocando, por sua vez, em outros países, uma busca significativa pela experiência brasileira (Lessa; Saraiva; Mapa, 2012).

Ao assumir uma postura mais autonomista nas relações internacionais, o presidente Lula buscou o estreitamento das relações com países da América do Sul e da África, resultando em um aumento dos acordos de cooperação técnica, como também comerciais e abertura de canais para a realização de investimentos produtivos de empresas brasileiras em países do eixo. Nesse contexto, ampliou-se a atuação brasileira no desempenho do papel de “prestador de ajuda” junto aos países sul-americanos e africanos – em especial os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) –, estes últimos configurando-se como importantes destinatários da cooperação técnica brasileira, sob o discurso da solidariedade internacional, da proximidade cultural, mas também da compensação de uma dívida histórica.

A presença brasileira na África envolve ações cooperativas, especialmente de assistência técnica, relações comerciais, e investimentos empresariais. Apoiada em uma diplomacia atuante, expressa na intensificação de visitas presidenciais e abertura de novas embaixadas, cooperação, comércio e investimentos ganham maior destaque na primeira década do Século XXI. O comércio entre o Brasil e países africanos é multiplicado com ganhos para as exportações de produtos industriais brasileiros, aumentam os investimentos empresariais em setores como petróleo, recursos minerais, agrícolas produtores de *commodities*, construção civil e serviços especializados. Dentre as empresas brasileiras com investimentos na África destacam-se Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, Vale do Rio Doce (Schlesinger, 2014 e Almeida, 2015). Internamente, foram mobilizados apoios institucionais que viabilizavam tanto a realização de programas de cooperação como a realização de atividades comerciais e investimentos. A constituição do Grupo África, ligado à presidência da República, e a abertura de créditos para apoiar exportações de bens e serviços de construção civil são exemplos. Entre dezembro de 2002 e junho de 2015 o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu créditos de exportação para obras na África que totalizam US\$ 4.639.402.336,00. (BNDES, 2016).

² Assim como as organizações, redes e movimentos não governamentais e não lucrativos do Brasil, as empresas também foram e seguem sendo impactadas pelas mudanças às quais nos referimos neste trabalho. No entanto, interessa-nos, particularmente aqui, olhar para as ONGs, Redes e Movimentos Sociais, e são a estas que fazemos referência quando nos referimos a “organizações da sociedade civil” ou “sociedade civil organizada”, termos escolhidos pela sua abrangência e uso corrente pelos próprios atores.

³ Essas organizações também são conhecidas como Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD) ou Agências da Cooperação Internacional Não Governamental.

É possível apontar importantes ganhos políticos, relacionados à aproximação entre Brasil e África, tais como: a eleição de um brasileiro para direção da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 2011; e para a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, com o apoio dos votos dos países africanos.

Dentre os países africanos partícipes da cooperação brasileira, é inevitável citar Moçambique como caso exemplar. O alto grau de dependência de ajuda experimentado por este país desde o final da década de 1980, fez com que se tornasse um verdadeiro “laboratório” de cooperação internacional. Nessa perspectiva, o Brasil elegeu Moçambique para pôr em prática alguns dos projetos mais emblemáticos da sua política externa no continente. (IPEA & ABC, 2013). A cooperação entre Moçambique e o Brasil caracteriza um relacionamento privilegiado também na política externa de Moçambique. Fatores de identidade histórica e cultural são impulsionadores da aproximação dos governos dos dois países, mas também do intercâmbio entre os seus povos. (Cau, 2011).

Neste “rastros” de aproximações e efervescência cooperativa, as organizações da sociedade civil brasileira também começaram a marcar presença em Moçambique, não necessariamente por meio da cooperação oficial ofertada pelo país – esta ainda avessa à participação –, mas, principalmente, por meio de relações com agências de cooperação internacional não governamental do Norte, e também da presença em Conselhos e Redes de contestação e incidência política.

A participação da sociedade civil brasileira nos arranjos de cooperação internacional

A crença na importância da participação de organizações da sociedade civil em questões do contexto global – seja atuando internamente nos países e buscando participação na sua política externa, seja diretamente, nas diversas instâncias da política internacional – é reiterada por diversos autores (Badie, 2010; Pinheiro & Milani, 2012; Ribeiro, 2011; Velasco e Cruz, 2004; Viola, 1999). No entanto, este não é um campo teórico sem conflitos e tensões, ocasionados muitas vezes pela busca da sociedade civil organizada, em especial as ONGs, em participar dessas esferas.

Kraychete (2013) destaca que o arranjo institucional que propõe a interação entre o Estado, o mercado e as OSC é parte da proposição de concertação com vistas a implementar a agenda de desenvolvimento de organizações internacionais intergovernamentais, a partir dos anos 1990. A proposição é constituir espaço sociorganizativo, envolvendo o mercado, o Estado e a sociedade civil. Tal configuração não deixa de ser problemática. No plano discursivo dilui o poder do Estado, como também das corporações, num conjunto no qual as organizações aparecem como detentoras de igual poder num todo indiferenciado regido por relações de parcerias. O risco é que, apoiado pelo discurso da participação, o poder do Estado e das corporações empresariais apareça diluído em relações denominadas de parcerias, dando a ideia de igual poder das partes. A demanda destes atores pela participação consiste, em uma trajetória de lutas por espaços políticos nos quais se faça ouvir a sua “voz” de modo que esta possa ecoar nos processos decisórios, mas também na possibilidade de socializar suas experiências.

A CID é um desses âmbitos institucionais e políticos em que a sociedade civil organizada tem lutado a fim de ser parte constituinte não apenas da execução de ações, mas, também, da construção intelectual e estratégica das políticas e arranjos concebidos. Lutam para participar da discussão e da construção do desenvolvimento, mas se deparam com um contexto em transformação. Conquanto tenham galgado no decorrer da sua trajetória algum grau de participação em relação a CID, as OSC brasileiras, em especial, ao longo dos últimos anos, tentam lidar com as grandes mudanças que as afetam direta e decisivamente e que findam por impulsionar uma reflexão sobre o seu papel e a razão de sua existência. (Santos, 2014).

A relação com a cooperação internacional é um elemento fundamental para a compreensão da construção e fortalecimento da sociedade civil organizada do Brasil, em um momento histórico marcado pelos regimes ditatoriais na América Latina, que fizeram dos anos

1960 e 1970 ambiente para fortes movimentos contestatários. Segundo Jansen e Landim (2011), o período “pós-64” foi marcado pelo surgimento de um “novo associativismo” no Brasil. Data deste período, conforme relata Rodriguez (2009), a ampliação do número de ONGs ligadas aos movimentos reivindicatórios, e ainda aquelas ligadas a organizações internacionais. Desse modo, à medida que se fortaleciam os processos que levaram à democratização do Brasil, consolidaram-se as ONGs brasileiras, que se mostraram atores relevantes neste processo pela forma como construíram sua legitimidade para a sociedade brasileira, a partir dos seus laços com a base social no Brasil e articulação com a sociedade internacional. A cooperação internacional, nesse momento, apresentou-se como elemento fundamental para a sociedade civil organizada do Brasil, em especial, as ONGs.

Teve início, no entanto, a partir dos anos 1990, um reordenamento das relações de interação e financiamento de projetos que se deram até então entre organizações internacionais e brasileiras. As agências não governamentais de cooperação internacional passaram a operar em um cenário político de crescente complexidade, com a necessidade de focar suas ações em outras áreas geográficas, dentre as quais, o continente africano (Mendonça; Teodósio; Alvim; Araújo, 2009). Diante da retração de recursos da cooperação internacional, sobretudo não governamental, do Norte, a ser investido no país, e ainda deparando-se com a assunção do perfil de doador em construção no âmbito da CID, a sociedade civil brasileira vivenciou, nos últimos anos, momentos de adaptação e de reconfiguração. No entanto, mesmo diante deste cenário, reforça-se a ideia da importância adquirida pelas OSC brasileiras, em especial as ONGs, cujas experiências e laços construídos ao longo das últimas décadas têm sido impulsores de uma perspectiva de integração com outras ONGs congêneres no próprio Sul.

Destarte a real importância adquirida por algumas dessas organizações, os caminhos em relação à participação na cooperação internacional parecem repleto de percalços. Se por um lado as organizações brasileiras vivenciam o afastamento da cooperação internacional não governamental do Norte, também não conseguem participar da cooperação oficial do Brasil, cuja política externa, não possui um histórico de diálogo com a sociedade civil. Norteiam esta relação, entraves como a burocracia, o corporativismo e a estrutura do Itamaraty; o entendimento, por parte deste Ministério, de que a questão internacional é restrita a sua atuação; questões legais e econômico-financeiras; uma legislação que não autoriza a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ou outro órgão público a financiar, em bases regulares, atividades de cooperação internacional conduzidas por OSC; dentre outros aspectos limitantes.

Assim, “espremidas” entre a crise da cooperação do Norte, de onde provêm as suas alianças históricas, e sem encontrar um espaço efetivo de participação na CSS oficial do país, as organizações da sociedade civil brasileira se veem desafiadas a se reorganizar e a rever o seu papel nesse sistema.

A atuação de organizações da sociedade civil brasileira além-fronteiras: alguns aspectos da presença em Moçambique

A atuação das organizações da sociedade civil brasileira, em especial as ONGs, para além das fronteiras do país, situa-se, sobretudo na América do Sul e na África. No continente africano a sua presença tem destaque nos países lusófonos, dos quais centraremos aqui a nossa atenção em Moçambique, onde incide um significativo portfólio de projetos da cooperação oficial brasileira (com destaque para construção da fábrica de medicamentos antirretrovirais para combate à AIDS e para o ProSavana).

Na tentativa de mapear a presença da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique, elencamos 16 organizações, redes e movimentos sociais com um relato de presença no país entre 2001 e 2015, partícipes de projetos ou ações consideradas, de algum modo, como “cooperativas”. São eles: Ação Educativa; Avante – Educação e Mobilização Social; Campanha Nacional pelo Direito a Educação; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Federação de Órgãos para Assistência Social e

Educacional (FASE); Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Instituto de Estudos da Religião (ISER); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Camponês Popular (MCP); Vida Brasil; Missão Criança; Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPA); Pastoral da Criança; Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). No entanto, as informações sistematizadas sobre o campo são ainda muito insipientes, o que nos leva a considerar que a presença destes atores em Moçambique pode ser muito superior ao aqui identificado.

Os formatos de atuação das OSC brasileiras e os períodos de presença em no país são os mais diversos e envolvem de atuações pontuais em projetos de cooperação oficial, passando por participação ativa em redes de organizações e movimentos sociais que monitoram e incidem politicamente – como, por exemplo, no projeto de cooperação técnica ProSavana, articulação que envolve organizações não governamentais moçambicanas, brasileiras e japonesas, unidas sob a denominação Não ao ProSavana, ou na composição da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale –, até a atuação em projetos de cooperação triangulada com agências de cooperação não governamental do Norte. Este último, provavelmente, o formato mais contínuo da sua presença no país, incentivados pela cooperação do Norte, que volta o olhar cada vez mais ao continente africano, e aponta a sociedade civil organizada do Brasil como um ator intermediário capaz de dialogar com seus pares neste continente, assumindo a condição de socializadores de conhecimento ou intermediadores de práticas, legitimados – ao menos, em tese – pelos anos de atuação social em um contexto de suposta similaridade.

Vale salientar que, dadas as restrições colocadas pelas diretrizes da cooperação internacional brasileira para repasse de recursos a organizações dessa natureza, as ações até aqui desenvolvidas têm, de um modo geral, cobertura financeira realizada via captação de recursos junto a agências de cooperação não governamentais do Norte, que historicamente financiam ONGs brasileiras, ou com recursos próprios, no caso das organizações religiosas.

Segundo Natahalie Beghin, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), há cerca de oito anos o INESC começou a estabelecer algumas parcerias no campo da expertise de orçamento e transparência orçamentária com Angola, Moçambique, e África do Sul, com os quais vem intercambiando experiências, motivado por uma cooperação triangular das agências internacionais privadas que financiam a organização (Natahalie Beghin, comunicação pessoal, 6 Março, 2015).

Para Damien Hazard, membro da diretoria da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e da Vida Brasil, há um significativo e recíproco aumento do interesse de organizações brasileiras e africanas em fazer projetos de cooperação. (Damien Hazard, *comunicação pessoal*, 20 Maio, 2015). Mila Dezan, da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, responsável pelo Programa de Cooperação Sul-Sul com Países Lusófonos, relata que as organizações africanas – sobretudo moçambicanas –, têm buscado exemplos de projetos e pesquisas desenvolvidas em português que possam ser compartilhados. (Mila Dezan, *comunicação pessoal*, 25 Março, 2015). Para ambos, no entanto, existe ainda uma grande diferença na atuação da sociedade civil organizada do Brasil – sejam redes, movimentos, ou ONGs – na cooperação com Moçambique, se comparadas às organizações do Norte, uma vez que estas últimas possuem, de forma geral, uma atuação contínua com projetos no país, enquanto a atuação não governamental brasileira ainda é muito pontual.

Beghin (2015) reitera a ideia da preponderância da atuação pontual da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique. Apesar da presença do INESC no país, segundo ela, afirmar que a organização “tem projetos” em Moçambique “seria um pouco sofisticado”, uma vez que as atividades são mais “pontuais”, como, por exemplo, a semana de capacitação em orçamento de direitos realizada pelo INESC junto com a Novib e o International Budget Partnership (IBP). Soma-se a esta iniciativa a participação em uma coalisão de movimentos e organizações que estão incidindo sobre o ProSavana, e o assento ocupado pela organização no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com participação no

comitê consultivo do “Programa de Aquisição de Alimentos – o PAA África”, que inclui Moçambique entre os países beneficiados.

Deste modo, conforme Beghin (2015), a atuação do INESC em Moçambique se dá em três diferentes perspectivas. A primeira constitui um formato de “cooperação triangular solidária não oficial”, na qual as três partes – o INESC, a agência de cooperação internacional não governamental, e as organizações moçambicanas – seriam igualmente partícipes. A segunda refere-se a uma atividade de incidência política, na qual o INESC em parceria com movimentos moçambicanos, japoneses e outras organizações brasileiras, atua no ProSavana no intuito de reorientar a atividade de cooperação empreendida entre Moçambique, Brasil e Japão, de modo a “mudar os rumos da cooperação”, a partir do alargamento da participação camponesa. E o chamado “espaço de concertação”, onde a participação no CONSEA, que é um conselho de política pública, permitiu ao INESC incidir no desenho da cooperação oficial empreendida pelo Brasil e que tem Moçambique como um dos países “beneficiados”.

A atuação da Vida Brasil em Moçambique, por sua vez, conforme relata Hazard (2015), ocorre por meio de diferentes projetos. O formato cooperativo é triangulado e viabilizado por organizações do Norte. Geralmente são projetos das próprias organizações internacionais, ou de organizações moçambicanas, financiados por organizações europeias. No entanto, o financiamento é direcionado as organizações africanas, e estas, por sua vez, contratam a organização brasileira como assessora do projeto. Segundo Hazard (2015), dentre os países africanos nos quais a Vida Brasil já atuou, Moçambique foi onde conseguiu realizar um trabalho mais diversificado de fortalecimento das OSC.

Ao tratar da experiência do Programa de Cooperação Sul-Sul com Países Lusófonos em Moçambique, Dezan (2015) salienta que esta se diferenciou da experiência com outros países, como Angola, por exemplo. No entanto, reitera que ainda há o desconforto de certo controle estatal. Relata que em Moçambique foi possível “um trânsito melhor no processo de desenvolvimento da pesquisa”, mas que o processo foi acompanhado por representantes do Estado que foram partícipes das atividades públicas realizadas com as organizações locais. Ela lembra que perguntou aos representantes da sociedade civil moçambicana, se estavam incomodados com a presença do governo, e que ele disseram que sim. No entanto, afirmaram a importância desta participação, lembrando que “as coisas não avançam se não se tem este tipo de diálogo, ou não se permite esse tipo de controle”.

Para Hazard (2015), se compararmos Moçambique e Angola, sentiremos uma abertura maior do ponto de vista da participação social, do primeiro em relação ao segundo. No entanto, se olharmos Moçambique em uma perspectiva comparativa com o Brasil, veremos os avanços significativos dos brasileiros em relação ao processo democrático, a participação, as relações entre sociedade civil e governo, a autonomia da sociedade civil organizada, dentre outros. Do mesmo modo, os moçambicanos enfrentam dificuldades maiores ao lidar com temas específicos, a exemplo da questão das lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT), já superadas – do ponto de vista da legalidade – pelo Brasil.

Destarte as experiências específicas de atuação da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique, atuação que parece tender a ampliação e que transita entre a socialização de práticas e a participação em redes de incidência política, para Almeida (2015), observa-se mais recentemente em Moçambique uma divisão da atuação da sociedade civil, que dispõe de um lado ONGs estrangeiras, atuando em uma lógica neoliberal de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade, e de outro movimentos e organizações locais que começam a contestar as políticas adotadas pelo governo, buscando participar mais efetivamente das decisões políticas. Nesse sentido, a atuação desta sociedade civil transitaria entre uma perspectiva mais política e outra mais técnica.

Ao tratar do apoio de ONGs brasileiras às moçambicanas, Almeida (2015) ressalta que este foi fortalecido a partir do aumento da presença oficial brasileira no país, salientando que a polêmica causada pelos reassentamentos realizados pela Vale, em razão da exploração de carvão

em Moatize, foi emblemática nesse processo, pois possibilitou às ONGs desses países participarem da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, articulação conjunta contrária às ações da empresa.

No que tange ao sentido da atuação da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique, parece haver um equilíbrio entre a ideia de solidariedade e participação política no âmbito da missão, e de atuação pragmática, configurada na busca por recursos que garantam a própria sustentabilidade. Dezan (2015) salienta, nessa perspectiva, que a participação da sociedade civil brasileira na lógica cooperativa com Moçambique envolve “solidariedade internacional e ação pragmática”, enfatizando que essas coisas “não se distanciam”.

Para Hazard (2015), a atuação cooperativa, em Moçambique – assim como em outros países do Sul – contribui para a sustentabilidade das organizações brasileiras, mas tem uma perspectiva, sobretudo política, uma vez que cumpre também a missão da organização. Para ele, “[...] quando a Vida Brasil promove e ajuda a montar projetos, a qualificar quadros de outras OSC de outros países”, ela contribui “[...] para além das fronteiras do Brasil, a construir uma sociedade inclusiva, democrática e sustentável”.

Um dos aspectos apontados como mais positivos na atuação cooperativa da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique, é o aprendizado mútuo, na percepção, como afirma Dezan (2015), de que há muita coisa não apenas para levar, mas também para receber. No entanto é necessário conhecer a realidade do país antes de aportar com um projeto cooperativo. Para ela Moçambique “possui contextos muito diferentes no Sul e no Norte”, e não é possível se levar uma proposta padronizada de projeto do Brasil. Nessa perspectiva, conforme salienta Leite (2012), importa desconstruir a ideia de que a proximidade de condições estruturais entre os países do Sul sejam determinantes de uma eficácia maior dos modelos exportados.

Considerações finais

A relação das organizações da sociedade civil brasileira com a cooperação internacional é definidora da sua história passada, presente e, conseqüentemente, daquela que se delineia em um cenário futuro. Acostumadas a suas relações com as organizações da cooperação internacional do Norte, as OSC brasileiras tentam ainda se preparar para uma espécie de “novo ciclo” no qual a cooperação entre ONGs e movimentos do Sul, se apresenta como importante modalidade cooperativa. Nesse sentido, e sem espaço significativo na cooperação oficial do Brasil, partem em direção ao “Sul”, fazendo incidência política e atuando na cooperação triangular com organizações do Norte e do Sul. Valem-se da sua experiência de mobilização política, e também do conhecimento construído e da demanda das agências de cooperação internacional que propõem o novo formato de relação, defendendo a ideia de que as organizações brasileiras dialogam com mais propriedade com seus pares do Sul. Assim, as organizações brasileiras parecem assumir a atuação para além das fronteiras do Estado, movidas por um misto de interesses e solidariedade. Na medida em mantêm relações com as organizações Norte buscando recursos que contribuam com a sua própria sustentabilidade, fomentam a solidariedade internacional com seus pares do Sul.

A atuação da sociedade civil organizada do Brasil em Moçambique é impulsionada de um lado pela ideia de incidência política ou “concertação”, na medida em que esta participa de redes de contestação diante de projetos de cooperação oficial empreendidos pelo Brasil e atua no próprio país por meio da participação em Conselhos, buscando incidir nas suas ações e projetos de cooperação e, também, na sua política externa. Por outro, atende a uma espécie de expectativa já posta por alguns parceiros do Norte, em especial da cooperação internacional não governamental, para que desempenhem o “papel” de socializar suas experiências para auxiliar organizações da sociedade civil moçambicana.

A realidade aponta para uma perspectiva de inter-relação crescente entre as organizações e movimentos do Brasil, organizações do Norte, e organizações da sociedade civil moçambicana. Este novo arranjo atende, portanto, a uma triangulação de interesses: das organizações do Norte,

que buscam a sociedade civil organizada do Brasil para “intermediar” as suas relações de cooperação com outras do Sul; das organizações moçambicanas, muitas vezes em situação de maior fragilidade política, econômica e ou social, que são beneficiadas pelos programas e projetos das organizações da cooperação internacional; e da própria sociedade civil organizada do Brasil, que busca se integrar neste “novo” momento da cooperação internacional e que luta, em última instância, pela própria sustentabilidade. Não menos importante, ecoa a ação política e solidária entre organizações da sociedade civil do Brasil e de Moçambique, que se apoiam e incidem politicamente em projetos e programas cooperativos, tentando valer o seu “brado” por outro modelo de desenvolvimento. As atuações, de algum modo, se retroalimentam, e pautam o desenvolvimento buscado pelas sociedades civis de ambos os países.

Referências

- Almeida, Elga Lessa de (2015). *Entre o discurso solidário e a ação pragmática: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.
- Badie, Bertrand (2010). A opinião à conquista do internacional. In: Milani, Carlos R. S. (Eds.) *Relações Internacionais: perspectivas francesas*. Salvador: Edufba.
- BNDES. BNDES Exim. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/>. Acesso em: 08 julho 2016.
- CAU, Hilário Simões (2011). *A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil*. 132f. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cordeiro, Rui Mesquita (2012). *De receptor a doador: os desafios da cooperação para o desenvolvimento na política externa brasileira sob a ótica da relação estado/sociedade civil*. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.1, n.2, 140-163.
- Corrêa, Márcio Lopes (2011). *Dinâmicas que marcaram a cooperação internacional no Brasil nas últimas décadas*. Revista da Rede de Humanização do Desenvolvimento: Redes de Cooperação, Brasília, IABS, v. 1, n. 1, 14-18.
- Gonçalves, Fernanda Cristina Nanci Izidro (2011). *Cooperação Sul-Sul e política externa: um estudo sobre a participação de atores sociais*. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; & Agência Brasileira de Cooperação (2013). *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: IPEA: ABC.
- Jansen, Anneke; & Landim, Leilah. *Marchas e contramarchas da cooperação: a parceria ICCO-FASE (1983-2010): uma reflexão*. Rio de Janeiro: Fase.
- Kleiman, Alberto; & Cezario, Gustavo de Lima (2012). Um olhar sobre a ação internacional dos governos subnacionais. In: Pinheiro, L.; Milani, Carlos R. S. (Eds.), *Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas* (301-329). Rio de Janeiro: FGV.
- Kraychete, Elsa Sousa (2012). O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. Salvador: *Caderno CRH*, v. 25, n. 65.
- Leite, Iara Costa. (2012). Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. *Observador On-line*, v. 7, n. 3.
- Mendonça, Patrícia; Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa; Alvim, Flávia de Magalhães; Araújo, Edgilson Tavares de. (2009). Desafios e dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: uma análise da realidade brasileira. *RevistaGestão.Org*, v. 7, n. 1. 69-83.
- Pinheiro, L.; Milani, Carlos R. S. (Eds.) (2012). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Puente, Carlos Alfonso Iglesias (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG.

- Ribeiro, Vera Masagão (2011). Alô, alô, Brasil com W. (2011). *Le Monde Diplomatique Brasil. Encarte Especial "Brasil, América latina e a Cooperação Internacional"*, 3-4.
- Rodriguez, Angeles Diez. (2009). Organizaciones no-gubernamentales: las ONGs en el marco del nuevo orden mundial. In: Reyes, Román (Eds.). *Diccionario crítico de Ciencias Sociales: terminología científico-social*. Madrid; México: Plaza y Valdés.
- Santos, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. (2014) *Entre o Norte e o Sul: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional para o desenvolvimento*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Santos, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. (2014). Entre a cooperação Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul: percepções sobre o "papel" das ONGs brasileiras na cooperação internacional. In: Kraychete, Elsa Sousa & Vitale, Denise (Eds.). *Cooperação internacional para o desenvolvimento – desafios do século XXI*. Salvador: EDUFBA. 167 – 196.
- SCHLESINGER, Sérgio. (2013). *Cooperação e investimentos do Brasil na África: O caso do ProSavana em Moçambique*. Fase. Maputo. 60p.
- Velasco e Cruz, Sebastião C. (2004). *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. São Paulo: UNESP; Campinas: UNICAMP.
- Viola, Eduardo José. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. (1999) In: Aguiar, D. & Pinho, J. (Eds.). (1999). O agronegócio do MERCOSUL e a sua inserção na economia mundial. *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. (pp. 37). Brasília: Sobe.